



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA**

HELEN PRISCILA BANDEIRA VASCONCELOS

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA TRABALHAR COM ALUNOS SURDOS
NA EMEF EMILIA GIMENEZ NO MUNICIPAL DE CASTANHAL-PA**

Castanhal-Pará

2017

HELEN PRISCILA BANDEIRA VASCONCELOS

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA TRABALHAR COM ALUNOS SURDOS
NA EMEF EMILIA GIMENEZ NO MUNICIPAL DE CASTANHAL-PA**

Castanhal-Pará

2017

HELEN PRISCILA BANDEIRA VASCONCELOS

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA TRABALHAR COM ALUNOS SURDOS
NA EMEF EMILIA GIMENEZ NO MUNICIPAL DE CASTANHAL-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia, do Campus de Castanhal, da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção de título de Licenciada Plena em Pedagogia, sob a orientação da Professor Dr. Francisco Valdinei dos Santos Anjos.

Castanhal-Pará

2017

HELEN PRISCILA BANDEIRA VASCONCELOS

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA TRABALHAR COM ALUNOS SURDOS
NA EMEF EMILIA GIMENEZ NO MUNICIPAL DE CASTANHAL-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à universidade federal do Pará campus universitário de castanhal como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em pedagogia, sob orientação do professor Dr. Francisco Valdinei dos Santos Anjos.

Aprovado em: _____/_____/_____

Banca Examinadora:

Dr. Francisco Valdinei dos Santos Anjos / Professor Orientador

Dr^a. Eula Regina Lima Nascimento

Esp. Rômulo da Silva Oliveira

Castanhal: ____ de dezembro de 2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, em especial a meus pais que incondicionalmente acreditaram em mim, dando forças e apoiando em todos os momentos de toda minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelo fôlego de vida e por sempre ter me dado saúde e forças para superar as dificuldades.

Agradeço aos meus pais Adelson e Telma, que sempre foram a minha maior inspiração de persistência. Obrigada por me incentivarem e apoiarem nessa árdua trajetória, sem a ajuda de vocês não seria possível a realização desse sonho que não é só meu, é nosso.

Ao meu amado esposo Naldson pela compreensão e carinho, que nos momentos mais difíceis sempre me deu forças para não desistir da caminhada.

Agradeço a toda minha família, em especial aos meus irmãos Denys e Wellington pelo apoio, contribuição e incentivo.

Agradeço ao professor Dr. Francisco Valdinei dos Santos Anjos, pela orientação, compreensão e amizade, que Deus te recompense a cada dia.

Sou muito grata aos amigos que fiz no decorrer dessa trajetória, em especial ao grupo da turma Pedagogia 2012, meus amigos Paulo Perdigão, Elizamar Lanoa e Laila Botelho, que contribuíram de maneira significativa na minha vida, com grandes momentos na UFPA, onde pude crescer juntamente com eles, vocês moram no meu coração amigos.

Agradeço a minha prima e amiga Edineis Bandeira que tanto me ajudou nos momentos finais da graduação, me orientando e incentivando a não desistir da caminhada, meu muito obrigada de coração, que Deus te recompense.

Agradeço a Universidade Federal do Pará e aos professores pela oportunidade e conhecimento adquirido ao longo desses anos.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	8
1.1- Justificativa	8
1.2 – Delimitação do problema	9
1.3 – Objetivos:	10
1.3.1 – Geral:	10
1.3.2 – Específicos:	10
2 – REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 – História da educação de surdos	12
2.2 – O que é surdez	14
3 – PERCURSO METODOLÓGICO	19
3.1 – Instrumentos para a coleta de dados	20
3.2 – Local da pesquisa	23
3.3 – Participantes da pesquisa	25
3.4 – Especificação das fases da pesquisa	25
4 – ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO	26
4.1 – Organização, análise e discussão dos dados	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
6. REFERÊNCIAS:	38
APÊNDICES	39
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	40
QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES	43
ENTREVISTA AOS PROFESSORES	46

1 – INTRODUÇÃO

A aproximação com a conclusão da graduação nos faz vivenciar variados processos, dentre eles o de apresentar para a comunidade acadêmica uma produção que expresse não só o acúmulo teórico-conceitual, mas também técnico procedimental e normativo. Dar conta de trazer à tona essas aprendizagens é necessário e o meio pelo qual esse processo ocorre é pela elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso. Nesses termos, iniciamos a apresentação dessa jornada que desde que colocamos pela primeira vez na universidade.

1.1-Justificativa

O interesse pelo presente tema se deu por meio de participações em palestras na Universidade Federal do Pará através do Grupo de Educação Inclusiva da Amazônia voltadas a Formação dos professores da rede municipal de Castanhal para trabalhar com a inclusão de alunos com deficiência, uma dessas palestras teve como tema: “Atendimento Educacional Especializado e Práticas pedagógicas de professores de alunos com surdez da rede Municipal de Castanhal”.

Durante o evento percebi por meio do relato de alguns professores do município, a grande dificuldade na formação de professores para a melhoria no atendimento dos alunos com deficiência, em especial os alunos surdos. Por falta de informação ou capacitação para lidar com a educação inclusiva, os próprios professores protagonizam cenas de preconceito durante as aulas integradas. Muitos alunos com necessidades especiais são isolados nas classes, porque os docentes não sabem como agir na presença deles.

A pessoa surda é possuidora de uma língua e cultura própria. De acordo com a concepção de Silva (1990, p. 15) surdez pode ser definida como “perda auditiva da capacidade de ouvir sons de intensidade inferior a 27 decibéis, nas frequências médias da voz humana”.

Então, surgiu o interesse de pesquisar em uma escola municipal de Castanhal a formação que os professores têm para a inclusão deste público.

A importância deste trabalho reside no fato de que é preciso formar profissionais que trabalhem com crianças com deficiência auditiva, para que a sua educação seja desenvolvida de uma maneira adequada.

Além disso, o intuito da pesquisa é ter grande relevância acadêmica e assim contribuir acerca da discussão que envolve a formação de professores voltados para a educação de alunos com surdez. Assume também uma contribuição social, pois atualmente vê-se a necessidade de conhecimentos acerca da inclusão de alunos com surdez, oriunda sobretudo de dispositivos legais.

É indispensável uma visão mais crítica sobre este assunto em todos os âmbitos sociais, para garantir o acesso e permanência de alunos surdos. Nesse sentido, a formação de professores se constitui como uma das temáticas férteis no contexto de educação, seja pelo viés da política curricular, política de valorização profissional, de inclusão ou de outra dimensão que circunscreve a educação e, por conseguinte, a discussão sobre formação de professores.

No Brasil essa temática ganha destaque tanto entre grupos de pesquisa, quanto em linhas que compõem programas de pós-graduação estrito senso.

Nesses termos, a temática de formação de professores se mostra com grande potencial para que a educação seja problematizada. Esse potencial se alarga a medida que é somatizada com a discursão acerca da inclusão escolar, essa discursão tem sido pautada tanto em políticas educacionais quanto em políticas sociais.

Assim, estabelecer relação entre formação de professores e inclusão de alunos surdos, ao meu ver representa a possibilidade de, cada vez mais, fortalecer o debate em torno do direito a educação.

1.2– Delimitação do problema

A delimitação do problema surge da necessidade percebida na formação dos professores na educação especial que apresenta defasagens relacionadas a formação voltada para o atendimento de alunos com deficiência auditiva. Embora

essa seja a temática de estudo, devemos enfatizar que esses desafios se apresentam também com relação a outras deficiências.

A estruturação dos serviços e recursos a serem utilizados em sala de aula com alunos surdos exige dos profissionais de educação especial currículos especiais ou adaptáveis às necessidades do aluno.

Com base nessas questões, apresentamos o seguinte problema de pesquisa: Qual a relação entre a formação dos professores de salas regulares, auxiliares e de AEE de uma escola de referência na educação de alunos surdos no município de Castanhal-PA com a educação inclusiva de surdos?

Como questões norteadoras apresentamos as seguintes indagações:

- ✓ Como o professor trabalha com o deficiente auditivo em sala de aula?
- ✓ Quais os recursos que o professor utiliza para desenvolver um trabalho que ajude o aluno surdo a viver com outras crianças e realizar todas as atividades com sucesso?
- ✓ Como aparece a discursão da inclusão de alunos com surdez na formação inicial desses professores?
- ✓ De que maneira os professores procuram minimizar suas dificuldades para trabalharem com alunos com deficiência auditiva?

1.3 – Objetivos:

1.3.1 – Geral:

- ✓ Analisar a relação entre a formação dos professores das salas regulares, auxiliares e de AEE com a educação de alunos surdos e verificar se os professores encontram-se capacitados para o trabalho com crianças surdas, propondo sugestões para a melhoria desse trabalho.

1.3.2 – Específicos:

- ✓ Caracterizar a formação dos professores de sala regular, auxiliares e de AEE;
- ✓ Identificar como o professor trabalha com o deficiente auditivo em sala de aula;

- ✓ Destacar os recursos que o professor utiliza para desenvolver um trabalho que ajude o aluno surdo a viver com outras crianças e realizar todas as atividades com sucesso;
- ✓ Analisar como aparece a discursão da inclusão de alunos com surdez na formação inicial desses professores;
- ✓ Detectar de que maneira os professores procuram minimizar suas dificuldades para trabalharem com alunos com deficiência auditiva.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando que toda produção de conhecimento exige um diálogo profundo e indispensável com construções de ordem teórico-conceitual, passamos a apresentar o referencial que subsidia as reflexões ao longo do Trabalho de Conclusão de Curso, sobretudo no capítulo que apresenta, interpreta e analisa os dados.

2.1 – História da educação de surdos

A história educacional, de acordo com Ragonesi (1997), tem mostrado um quadro bastante diferente daquele proposto pela primeira Constituição Brasileira promulgada em 1823, que estabeleceu a instrução primária como obrigatória. Segundo pesquisas do autor, o Brasil tem sido considerado o pior do mundo em questão de Educação.

Mendes (2006) fala que desde o século XVI a história da educação no Brasil vem sendo traçada. Médicos e pedagogos daquela época já começavam a acreditar na possibilidade de educar os indivíduos considerados ineducáveis. Entretanto, naquele momento, o cuidado era meramente assistencialista e institucionalizado, por meio de asilos e manicômios.

No período Imperial iniciou-se o tratamento de doentes mentais em Hospitais psiquiátricos. Os institutos tiravam e isolavam surdos e cegos do convívio social, sendo que estes não necessitavam de tal isolamento. Começaram, neste período, tratamentos no Hospital psiquiátrico da Bahia, em 1874. Embora, de forma lenta, após a proclamação da república, a educação especial foi se expandindo; em 1903 Pavilhão Bourneville, no Hospital D. Pedro II (Bahia) foi instalado para tratamento de doentes mentais; em 1923 foi criado o Pavilhão de Menores do Hospital do Juqueri e o Instituto Petalozzi de Canoas, em 1927 (BUENO, 1993).

Neste período, segundo Mendes (2001), prevaleceu o descaso em relação à educação especial, visto na criação de instituições para atendimento de casos mais graves, enquanto os mais leves eram ainda indiferenciados. Em 1891, instaura-se o

federalismo e, com isso, as responsabilidades pela política educacional aumentam; na área médica, o interesse pela educação dos deficientes começa com os serviços de higiene mental e saúde pública, que deu origem à inspeção médica escolar.

Nos anos 30 e 40, o número de entidades para atendimento de deficientes aumentou de forma significativa. Com relação aos deficientes mentais, surgiram as Sociedades Pestalozzi de Minas Gerais, do Brasil e do Rio de Janeiro, além da fundação Dona Paulina de Souza Queiroz, em São Paulo (1936). Em 1941, no Recife, surgiu a Escola Especial Ulisses Pernambucano e a Escola Alfredo Freire (BUENO, 1993). Com relação aos deficientes visuais, surgiram: a União dos Cegos do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1924, o Instituto Padre Chico, em São Paulo e o Sodalício da Sacra Família, no Rio de Janeiro, em 1929. Além do surgimento dessas entidades privadas começaram às preocupações, por parte da República Escolar, com os deficientes mentais. As primeiras entidades privadas contribuíram para a inclusão da educação especial no âmbito das instituições filantrópico-assistenciais e a sua privatização, salienta Bueno (1993).

O interesse pelo deficiente mental refletia também em uma preocupação com a higiene. Para Bueno (1993), essa preocupação é interpretada como o início de um processo de segregação pelos especialistas do aluno diferente, visto que a escolaridade passou a ser algo abrangente. Assim, é criada a inspeção médica - escolar, em 1911, em São Paulo, responsável pela criação de classes especiais e formação de pessoal para trabalhar com esta clientela.

Foram criados, também, com relação aos deficientes visuais, os Institutos de Cegos do Recife, da Bahia, de São Rafael (Taubaté – SP), de Santa Luzia (Porto Alegre – RS), do Ceará (Fortaleza), da Paraíba (João Pessoa) e do Paraná (Curitiba). Em 1938 foi criada, no estado de São Paulo, a Seção de Higiene Mental, do Serviço de Saúde Escolar, da Secretaria da Educação do Estado. No Rio de Janeiro, trabalho semelhante foi realizado (BUENO, 1993).

Entre 1948 e 1961 medidas como criação dos conselhos estaduais de educação e a cooperação financeira assegurada por lei às escolas privadas influenciaram a educação especial. Segundo Mendes (2001) no período de 1950 a 1959, houve uma grande expansão no número de estabelecimentos de ensino especial para portadores de deficiência mental; 190 estabelecimentos de ensino

especial, no final da década de 50, eram públicos e em escolas regulares. A partir de 1958 o Ministério da educação começa a prestar assistência técnica-financeira às secretarias de educação e instituições especializadas. Nota-se, neste período, o aumento de escolarização para as classes mais populares e a implantação de classes especiais para os casos leves de deficiência mental.

De acordo com Vidal e Faria Filho (2003), a partir dos anos de 1960 e início de 1970, com o surgimento de programas de pós-graduação e pesquisas em educação, começou uma crescente produção de trabalhos em história da educação no Brasil.

Em 1973 é criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, junto ao Ministério da Educação. No final da década de 70 são implantados os primeiros cursos de formação de professores na área da Educação Especial e em 1985 é criado pelo governo federal um comitê para planejar, fiscalizar e traçar políticas de ações conjuntas na questão dos portadores de deficiência. Em 1986 é criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; em 1990 a Secretaria Nacional de Educação Básica assume a responsabilidade na implementação da política de educação especial (MENDES, 2001).

Em 1994, promovida pelo governo da Espanha e pela UNESCO, foi realizada a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que produziu a Declaração de Salamanca, tida como o mais importante marco mundial da difusão da filosofia de educação inclusiva (MENDES, 2006).

2.2 – O que é surdez

A deficiência auditiva acarreta muitas limitações para o desenvolvimento do indivíduo. A audição é essencial para a aquisição da linguagem falada, portanto é nítido que a deficiência influi no equilíbrio e na capacidade normal do desenvolvimento da pessoa. O papel da audição na comunicação humana é de extrema importância para o desenvolvimento social.

Segundo Fernandes (1990, p. 24), “a surdez é uma deficiência, não visível fisicamente, que se limita a atingir a uma pequena parte da anatomia do indivíduo.

Suas conseqüências, no entanto, são extraordinárias no que diz respeito ao desenvolvimento emocional, social e educacional do surdo”.

Sobre uma pessoa “normal”, Telford e Sawrey (1977, p. 513) abordam que:

A pessoa normal pode fechar os olhos e mover-se na total escuridão e formar algum conceito sobre a natureza da cegueira. O indivíduo médio já esteve temporariamente prejudicado em termos ortopédicos e conseguiu alguma idéia dos problemas dos aleijados. Entretanto, não se consegue fechar os ouvidos. Mesmo a inserção de tampões nos ouvidos não se aproxima da situação da pessoa média com um déficit auditivo grave. O indivíduo não deficiente se mostra caracteristicamente apático ou impaciente diante da pessoa com uma deficiência acústica.

A pessoa surda, como qualquer outra, se torna deficiente quando lhe é negada a língua, a cultura e seus direitos. A audição é essencial para o desenvolvimento da fala, da linguagem, da socialização e de outras formas de comportamento.

Ainda de acordo com Telford e Sawrey (1977, p. 514),

A linguagem comum é nosso meio principal de interação social. Além de serem duas de nossas vias principais de informação, a audição e a fala contribuem para a aceitação social, assim como para o sentimento de segurança pessoal, e ajudam também na aprendizagem e manutenção das aptidões não-verbais.

A linguagem existe porque se uniu um pensamento a uma forma de expressão, um significado a um significante, sendo possível concluir, então, que não há linguagem no vazio, seu grande objetivo é a interação, a comunicação com o outro, dentro de um espaço social.

Ainda de acordo com esse aspecto, os autores acima citados (ibidem, p. 514) constataam que:

O fato de as crianças grave e profundamente surdas, porém normais em outros aspectos, sentarem, engatinharem e andarem mais tarde do que seus irmãos normais indicam a importância da audição e da fala no desenvolvimento de hábitos não-verbais. [...] A perda da audição não apenas resulta num ambiente informativo empobrecido, mas implica também uma restrição dos incentivos à criança para explorar seu mundo.

A linguagem, como é concebida, tem um papel central na constituição dos sujeitos. Os indivíduos constituem-se na internalização das formas culturais da atividade, num curso de transformações qualitativas dos seus modos de agir e pensar. Estas transformações emergem e se consolidam nas relações sociais na

participação do sujeito, e é a linguagem que assume um papel fundamental neste processo (GÓES 1996, p. 52).

2.3 – O professor de educação inclusiva escolar

Reconhecendo o papel social da educação e a importância da formação do profissional de educação especial, faz-se necessário pensar e repensar as práticas pedagógicas no sentido da concretização de um espaço comprometido com as crianças, que lhes garantam a aproximação de novas linguagens, que expressem sua forma exclusiva de representar o mundo.

Segundo Fétizon, (*apud* MAZZOTTA, 1993, p. 36), da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em estudos feitos baseados em contribuições de renomados autores como Karl Manheim, Luís Pereira, Marialice Foracchi, Georges Gusdorf, entre outros, a referida autora apresenta resultados de sua análise a respeito de educação e do que significa ser um professor. De acordo com o seu ponto de vista filosófico:

A ação educativa do professor é, então, típica e específica [...] Em que pesem todas as reservas e resistências individuais do mestre, ele é, pela própria natureza do ensino, uma espécie de guia, de modelo e conselheiro [...] Evidentemente, esse envolvimento do professor, enquanto pessoa que é não pode significar fazer dele no sentido de um exemplo a ser copiado – mesmo porque a educação deve sempre conduzir à construção do estilo pessoal; significa que na medida em que for professor, exercerá influência; significa que o professor medíocre, que aparentemente não faria nenhum grande bem nem grande mal, pode ser uma das mais perniciosas influências na formação do aluno [...] Por isso mesmo, a formação e o preparo do professor devem garantir-lhe a objetividade de ação que permita o aluno, tomando-o embora como ponto de referência, como modelo ou conselheiro, construir seu próprio caminho, fazer suas próprias opções e edificar seu próprio estilo de vida. (FÉTIZON *apud* MAZZOTTA, 1993, p. 36).

A formação do profissional da educação deve inserir-se nesse mundo de mudanças e ser repensada com base nessas novas realidades e exigências da contemporaneidade. É preciso garantir ao futuro educador não só uma incontestável cultura geral, na qual se inclui o conhecimento de línguas estrangeiras, mas também o acesso a outras linguagens e formas de comunicação.

A problemática da formação docente encontra-se fragilizada pela falta de preparo e experiência dos professores que trabalham com as crianças surdas. A persistência de níveis insuficientes de desempenho docente levou o Ministério da Educação – MEC, a incentivar a capacitação de recursos na política social de aprimoramento da qualidade da educação. Segundo as informações do MEC, os objetivos com relação à formação de professores são: subsidiar professores, profissionais de educação e pessoas surdas no que se refere ao processo educacional de alunos com surdez, constituindo três ações: Curso de libras para instrutores e professores; Cursos de ensino da língua portuguesa para surdos; Curso de interpretação de libras/português. (BRASIL, 2017).

De acordo com o Ministério da Educação (2005), em parceria com a Secretaria de Educação Especial – SEESP, estão desenvolvendo um programa chamado “Interiorizando a Libras”, tendo em vista que: “a língua de sinais favorece a aprendizagem do surdo, sendo sua presença fundamental nas escolas, já que de um modo geral, os professores, são ouvintes” (MADALENA 1997, p. 29).

O projeto prevê ainda:

Realização de cursos de formação de professores e distribuição de material instrucional aos sistemas de ensino visando à capacitação de instrutores surdos, professores surdos e ouvintes, bem como professores intérpretes para a melhoria da educação de aproximadamente 50.000 alunos portadores de deficiência auditiva matriculados na educação básica (BRASIL, 2005).

Ao aspecto prático da preparação do professor deve ser dada atenção especial. Muitas das respostas às questões não podem ser tiradas apenas de livros. É de maior importância que os professores sejam expostos a uma grande variedade de experiências que somente serão encontradas no exercício prático das suas funções, para que os conhecimentos teóricos não constituam apenas uma incorporação de conhecimentos acadêmicos sem sentido na atuação profissional. Pois, ainda de acordo com o MEC – Educação Especial no Brasil (1993):

O professor deve ser capaz de conceber-se como agente de mudanças do contexto social, já que seu papel extrapola o mero repasse de conhecimentos, sendo, sobretudo, o de formados de cidadãos [...] sua atuação está comprometida com as condições da escola e com a qualidade

de sua formação acadêmica. É ele, o professor, a autoridade responsável pelo processo de ensino aprendizagem se seus alunos.

A inclusão do surdo no sistema educacional passa por dificuldades, dentre elas a Federação Nacional de Integração e Educação do Surdo (FENEIS) destaca:

- ✓ A ausência de cursos de graduação que incluam à língua portuguesa como segunda língua e a língua brasileira de sinais, a língua sinalizada do surdo como primeira língua.
- ✓ As falhas curriculares nos cursos de formação de professores, como a ausência de aprofundamento de teórico/prático da língua brasileira de sinais.
- ✓ A falta de serviços de apoio pedagógico, salas de recursos e equipamentos específicos, interpretes e aulas produzidas em libras.
- ✓ As dificuldades para a aquisição de recursos para a escola e pela família, em virtude dos elevados custos e das implicações com relação a sua operacionalização.
- ✓ A ausência de instrutores e, ou, professores surdos para a pratica da docência em língua de sinais (2005).

Diante das dificuldades apresentadas pela Instituição, o Serviço de Educação Especial (1972, p. 121) ressalta que:

Há um baixo nível de escolaridade da maioria dos alunos surdos, decorrentes da inadequada formação inicial dos professores. Para a melhoria da qualidade de ensino dessas crianças é necessária uma melhor formação dos professores e uma inserção de materiais didáticos pedagógicos que facilitem o processo de ensino aprendizagem das crianças.

Portanto, uma metodologia especial para a adaptação de um cabedal teórico a uma situação prática são necessárias para um bom desenvolvimento do processo educativo. Segundo o MEC (1993) “o aluno surdo, mais que a necessidade, tem o direito a uma educação ministrada por professores especializados. Assim como não se concebe a ideia que alguém seja cuidado nos seus problemas de saúde por profissionais que não sejam médicos especializados, não se admite que o

desenvolvimento das potencialidades do aluno surdo seja ministrado por educadores que não tenham o preparo necessário para um processo educativo seguro e eficiente”. (BRASIL, ano, p. XXX). Sobre o professor habilitado Mazzotta (1993, p. 64) cita que:

Somente o professor habilitado deve trabalhar com as crianças surdas. É ele que se torna o responsável pelo desenvolvimento de uma competência profissional capaz de identificar as necessidades educacionais especiais, definir e programar as respostas educativas a essas necessidades e desenvolver as estratégias coletivas para as práticas pedagógicas.

As trajetórias individuais, os diferentes estilos de vida, de raça, as dificuldades étnicas e sociais constituem um coletivo heterogêneo e essa diversidade produz efeitos nas relações de trabalho e na elaboração de um trabalho produtivo. Em suma, trata-se de uma nova formação que:

Busca aprimorar o que o professor já aprendeu em sua formação inicial, ora fazendo-o tomar consciência de suas limitações, de seus talentos e competências, ora suplementando esse saber pedagógico com outros, mas específicos, como sistema Braille, as técnicas de comunicação e de mobilidade alternativa/aumentativa, ora aperfeiçoando a sua maneira de ensinar os conteúdos curriculares, ora levando-o a refletir sobre as áreas do conhecimento, as tendências da sociedade contemporânea, ora fazendo-o provar que tudo isso, ao aprender a trabalhar com as tecnologias da educação; com o bilinguismo nas salas de aula para ouvintes e surdos (MONTAAN, 2001, p. 102).

Espera-se que esses profissionais, além de professores surdos, também atuem em suas escolas como interprete de libras, intermediando a comunicação entre seus alunos surdos, a comunidade escolar e a sociedade.

3 – PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo em questão caracteriza-se como uma pesquisa de campo e qualitativa (OLIVEIRA, 2010), pois busca identificar a formação dos professores que trabalham com alunos surdos em uma Escola Municipal de Castanhal que é referência nesse atendimento. O tipo da pesquisa é de campo, pois segundo Marconi (2009) está voltada ao estudo de indivíduos, visando a compreensão de vários aspectos da sociedade. Esta facilita na obtenção de amostragens de

indivíduos, sobre determinada população ou classe de fenômenos, acumulando as informações e assim podendo ser analisado por outros pesquisadores, com objetivos diferentes. Mas tem um pequeno grau de controle sobre a situação da coleta de dados e a possibilidade de que fatores, desconhecidos pelo pesquisador, possam interferir nos resultados, e assim o comportamento verbal ser relativamente de pouca confiança, pois os indivíduos podem falsear suas respostas.

3.1 – Instrumentos para a coleta de dados

O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi uma entrevista e a aplicação de um questionário (Apêndices A e B).

Para Gil (1994, p. 113) a definição de uma entrevista “é a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”.

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas no âmbito das ciências sociais. Por sua flexibilidade é adotada como técnica fundamental de investigação nos mais diversos campos e pode-se afirmar que parte importante do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas foi obtida graças à sua aplicação.

Em toda entrevista as perguntas são feitas oralmente, que a um indivíduo em particular, quer a um grupo e as respostas são registradas geralmente pelo entrevistador. Para Gil (1994, p. 121) o registro das respostas da entrevista devem ser previamente definidos pelo entrevistador, em um plano para o registro correto de todas as respostas tais como:

- Dispor o formulário sobre a mesa ou superfície lisa;
- Situar na mesma linha visual o formulário e o entrevistado, para poder observar a um e ao outro sem grandes movimentos, centrando a atenção no informante;
- Começar a anotar somente depois que o entrevistado começar a responder;
- Usar ponto de exclamação (!) quando o tom da resposta assim pede;

- Anotar alguns aspectos e atitudes do entrevistado que possuam alguma significação útil;
- Utilizar as mesmas palavras do entrevistado e evitar resumir ou parafrasear as respostas;
- Incluir tudo o que se referir ao objetivo da pergunta e anotar em síntese as digressões, mesmo que estas não se refiram diretamente ao assunto.

Para Gil (1994, p.122), tanto por razões de ordem ética quanto técnica, a entrevista deve encerrar-se num clima de cordialidade. Como, de modo geral, nas entrevistas de pesquisa o entrevistado fornece as informações sem receber qualquer tipo de vantagem, convém que seja tratado de maneira respeitosa pelo entrevistador, sobretudo no encerramento da entrevista, quando sua missão já está cumprida.

O questionário, outro instrumento utilizado nessa pesquisa, é um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemáticas e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema de uma pesquisa. Para a elaboração de um questionário geralmente são necessárias perguntas simples e objetivas.

Gil (1994, p. 124), conceitua o questionário da seguinte forma:

Questionário pode ser definido como técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

Ainda sobre esse assunto, o autor afirma que algumas vezes os questionários são também chamados de enquetes. Contudo, o termo enquetes refere-se com maior propriedade à reunião de testemunhos sobre determinado assunto.

Quanto à escolha das perguntas Gil (1994 p. 128-129) enunciou algumas regras:

Devem ser incluídas apenas perguntas relacionadas ao problema pesquisado; Não devem ser incluídas perguntas cujas respostas podem ser obtidas de forma mais precisa por outros procedimentos; Devem-se levar em conta as implicações da pergunta com os procedimentos de tabulação e análise dos dados; Devem ser incluídas apenas as perguntas que possam ser respondidas sem maiores dificuldades; Devem ser evitadas perguntas que penetrem na intimidade das pessoas.

Para definir o número adequado de perguntas é preciso levar em conta o possível interesse dos respondentes pelo tema pesquisado. Entretanto, alguns autores estabelecem como regra geral que o número de perguntas de um questionário não ultrapasse de trinta.

Tais considerações são relevantes para se ganhar à colaboração dos respondentes. Quanto melhor e mais adequada for à apresentação, maior a probabilidade de se elevar o índice de respostas.

O questionário, segundo Rea e Parker (2000), é utilizado como técnica científica para obtenção de informação acerca daquilo que se quer pesquisar. Deve ser o mais coerente possível e, portanto, conter perguntas precisas e que tenham as especificidades do assunto em questão, no caso de extrair o máximo de dados, concernentes à formação acadêmica e profissional dos professores que trabalham com alunos surdos em uma escola municipal de Castanhal.

Serão realizadas três tipos de perguntas: Objetivas, subjetivas e de múltiplas respostas. Um dos benefícios das perguntas subjetivas é o fato de facilitar as semelhanças entre os participantes, pois são de caráter uniforme. Optou-se também pelas perguntas objetivas para não limitar as respostas dos participantes, permitindo-lhes expressar de forma ampla. Também serão feitas perguntas com questões de múltiplas respostas, pois permitirá que o informante marque mais de uma opção quando necessário (OLIVEIRA. 2010). O questionário terá perguntas com relação a trajetória profissional dos professores, a formação inicial, a formação continuada, auto formação docente, e formação continuada a realizar e a relação com a inclusão escolar de alunos surdos.

Logo após os procedimentos éticos será entregue o questionário aos participantes que terão total liberdade para ler e preencher as questões de acordo com o que entendem, ao término da pesquisa será recolhido o mesmo e acontecerá os devidos agradecimentos a todos os participantes.

A presente pesquisa foi realizada em uma escola da Rede Municipal EMEF Emília Gimenez no Municipal de Castanhal-Pá que atualmente atende alunos do Ensino fundamental.

Tendo como finalidade averiguar a concepção dos professores acerca da sala do AEE no espaço escolar, qual realizei a coleta de dados por meio de um

questionário com dezesseis questões abertas direcionado aos professores que responderam em próprio punho. Tal coleta foi realizada no mês de outubro de 2017, mediante a permissão das dirigentes da instituição.

Houve a orientação aos professores participantes deste estudo, que respondessem às questões sem pesquisas ou repostas elaboradas com base em materiais diversos. A convocação do público alvo para a participação do estudo ocorreu através de comunicação verbal, após a expedição de documentos de autorização de minha presença na instituição para as abordagens.

Convém comentar que as pessoas tiveram liberdade para participar ou não, mas, foram conscientizados da importância de tal estudo. A distribuição e recolhimento do questionário ficou a cargo da acadêmica responsável pela pesquisa desenvolvida.

Portanto, este estudo procurou delinear, demonstrar e analisar os dados obtidos a fim de conhecer as opiniões dos professores da Rede Municipal EMEF Emília Gimenez no Municipal de Castanhal-Pá, sobre importância da formação de professores para trabalhar com alunos surdos.

3.1.2 – Local da pesquisa

Imagem 01: Foto frontal da escola pesquisada



Imagem 01. Pesquisa de campo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Emília Gimenez

Foto: Helen Priscila Bandeira Vasconcelos. Outubro, 2017

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Ensino Fundamental Emília Gimenez no Municipal de Castanhal-Pa. A instituição está localizada na zona urbana de Castanhal Município do Estado do Pará situada na rua Pedro Porpino. CEP 68744000, 4421- Bairro São José. Ato normativa de autorização de funcionamento da escola Ensino Fundamental: Resolução nº 027/08- CME.

As Modalidade de ensino ofertadas são, Ensino Fundamental- 1º ao 5º ano (matutino e vespertino) Educação de Jovens e Adultos – EJA (noturno) e Educação Especial na modalidade de Educação Inclusiva / AEE contra turno.

Para iniciar a pesquisa propriamente dita, fiz o primeiro contato com a coordenadora da escola, onde informalmente relatei que o motivo da minha visita era em virtude da pesquisa de campo, o qual gostaria que fosse realizada na escola. A coordenadora me recebeu muito bem e ficou feliz de saber que sua instituição iria fazer parte de uma pesquisa para conclusão de curso.

No dia 26 (vinte e seis) de Outubro do corrente ano 2017, levei para escola pesquisada o Termo de Consentimento Livre e esclarecido de Participação na Pesquisa, o qual foi entregue a coordenadora e depois pela diretora. Na oportunidade, a diretora, juntamente com sua equipe técnica apresentou-me aos professores que fariam parte da pesquisa. Novamente esclareci aos professores o motivo da minha presença ali era investigar especificamente. Assim, logo ficou previamente acertado que levaria um questionário de perguntas abertas e fechadas para eles responderem, o qual foi feito

A Escola tem uma estrutura ótima, foi inaugurada no dia 28 de janeiro de 1980 na gestão do Prefeito Almir Tavares de lima e vice prefeito Carlos Pereira de Lima, a mesma é composta por 36 salas, 12 sala de aulas, uma sala de professores contendo um banheiro, uma sala da direção, uma orientação pedagógica, uma sala de multifuncionais, uma sala de banda, uma sala de leitura , uma sala de reforço escolar, uma sala de almoxarifado, um de arquivo, um de bicicletário, uma copa / cozinha, um deposito de limpeza, um deposito de merenda, uma secretaria, um banheiros adaptado unissex, 5 banheiros feminino e masculino, uma biblioteca e uma área para atividades livres e para a prática de atividades recreativas, manifestações de apresentações folclóricas e outras.

3.3– Participantes da pesquisa

Participaram dessa pesquisa duas professoras e um professor da Rede Municipal EMEF Emília Gimenez no Municipal de Castanhal-Pá.

3.4 – Especificação das fases da pesquisa

Os participantes da pesquisa foram professores de salas regulares, auxiliares e professores de AEE de uma escola municipal de Castanhal-Pará que é referência na Educação de surdos no município.

Primeiramente foi feita uma visita a escola para entrar em contato com a direção e assim ser explicado o motivo da pesquisa, em seguida com a permissão da mesma, foi agendado de acordo com a disponibilidade dos participantes alguns dias da semana para a realização da pesquisa que será feita na escola em uma sala reservada. Nos dias da aplicação da pesquisa foi explicado como ela se dará e assim ser feito o convite para participarem voluntariamente dela, preenchendo o Termo de Consentimento e Esclarecido – TCLE.

Normalmente, a pesquisa qualitativa é realizada em seis fases distintas, iniciando-se com a escolha do tema, da elaboração do projeto de pesquisa, e concluindo com as considerações finais da (Monografia). Assim, essas fases foram distintas em: A primeira fase constituiu na escolha do tema e na pesquisa bibliográfica com o objetivo de fazer uma leitura em livros de alguns autores, e periódicos. Foi possível, nesse sentido, iniciar um posicionamento em relação aos princípios teóricos pertinentes, com a definição do seguinte tema deste trabalho que é a formação de Professores para Trabalhar com alunos Portadores de Surdez, no período de maio 2013. A segunda fase constituiu na elaboração do projeto de pesquisa, no período de outubro de 2017. A terceira fase constituiu na construção do referencial teórico da monografia, no período de outubro de 2017. A quarta fase constituiu na elaboração e aplicação dos instrumentos de coleta de dados, em novembro 2017. A quinta fase constituiu na organização, análise e discussão dos dados, em novembro 2017. A sexta e última fase constituiu na construção final da monografia no período de novembro 2017.

4 – ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi aplicada por meio de questionário e foram entregues aos professores individualmente onde cada um assinou o termo de responsabilidade e respondeu a pesquisa de acordo com seus conhecimentos a formação de professores para trabalhar com alunos surdos. No início do questionário foram elaborados questões para identificar perfil dos professores participantes da pesquisa sua formação e quanto tempo atuam na rede municipal.

Na segunda parte foram analisadas a respostas dadas pelas professoras no quais afirmam que a capacitação dos professores influência de fato na aprendizagem dos alunos portadores com deficiência auditiva. Sem a formação é difícil aprender atenção das crianças e levar-las ao mundo do conhecimento. Inclusão vai além, possibilita que o aluno seja respeitado na sua aprendizagem e consiga construir pontes de realização de seus sonhos.

Para a organização, análise e discussão dos dados foram escolhidas as seguintes categorias:

Questionários aplicados com os professores:

- ✓ Inclusão de alunos com deficiência nas escolas
- ✓ O maior problema para a Inclusão dos alunos Surdos.
- ✓ Formação Docente voltada para a Educação Especial
- ✓ Apropriação dos materiais para a educação do surdo
- ✓ Oferecimento de atividades extras para o aperfeiçoamento dos Professor fazer um bom trabalho
- ✓ Sugestões para profissionais que trabalham com deficientes auditivos.
- ✓ Educação Bilíngue para Surdos
- ✓ A participação da família dos Surdos na escola

Entrevista realizada com os professores:

- ✓ A Lei da Inclusão.
- ✓ Comunica com os alunos Surdos.
- ✓ Adaptação das aulas para atender os alunos Surdos.
- ✓ Preparação dos professores para dar aula para alunos Surdos.
- ✓ Problemas da inclusão dos alunos Surdos no Ensino Regular.
- ✓ Os alunos ouvintes se relacionam com os alunos Surdos.
- ✓ A realização e a Formação Continuada na escola em que trabalha com relação a Educação de Surdos.

4.1 – Organização, análise e discussão dos dados

Os dados dos questionários e da entrevista foram organizados, analisados e discutidos conforme descrição a seguir.

Considerando a necessidade de analisar e discutir os dados coletados durante a pesquisa de campo realizada na Escola Municipal Ensino Fundamental Emília Gimenez no Municipal de Castanhal-Pa. estar localizada zona urbana de Castanhal Município do Estado do Pará situada na rua Pedro Porpino. CEP 68744000, 4421- Bairro São José, foi necessário a utilização de um questionário composto por 25 perguntas, sendo nove fechada e dezesseis aberta.

O referido questionário foi direcionado a três professores de alunos de 07 e 08 anos de idade da escola mencionada. Os referidos professores participantes da pesquisa serão identificados como A, B e C para assim, melhor apresentar as informações que foram colhidas através de suas respostas. Através deste instrumento de coleta de dados buscou-se encontrar respostas aos seguintes questionamentos: A) Qual sua opinião sobre a Inclusão de alunos com deficiência nas escolas? B) O que os Professores entende por Educação Bilíngue? C) Os professores têm interesse em aprender LIBRAS e qual é o maior problema para a Inclusão dos alunos Surdos?

De acordo com as entrevistas realizadas com professores que atuam na área pedagógica do ensino fundamental, as interações com professores permitiram desvelar que ainda há muito para que esse termo seja realmente compreendido no contexto da aula.

Com base no entendimento dos questionários e entrevistas, ambos professores responderam que a grande maioria dos profissionais de educação não estão preparados para trabalhar com crianças deficientes auditivas.

Sobre o professor habilitado, Mazzotta (1993, p. 64) cita que:

Somente o professor habilitado deve trabalhar com as crianças surdas. É ele que se torna o responsável pelo desenvolvimento de uma competência profissional capaz de identificar as necessidades educacionais especiais, definir e programar as respostas educativas a essas necessidades e desenvolver as estratégias coletivas para as práticas pedagógicas.

A Inclusão de alunos com deficiência nas escolas

“Tudo depende da capacitação do profissional que está atendendo esta criança,” penso que em alguns casos a inclusão acontece de forma satisfatória, mas na maioria dos casos falta profissionais capacitados e escolas adequadas para receber esses alunos com deficiência. (Professora A).

A professora afirma em alguns casos a inclusão acontece de forma satisfatória, mas na maioria dos casos falta profissionais capacitados e escolas adequadas para receber esses alunos com deficiência.

A inclusão dá oportunidade para que esses alunos busquem um espaço melhor na sociedade. (Professora B)

A inclusão não questiona somente as políticas e a organização da educação especial, mas também o próprio conceito de integração que antes se destacava nos ambientes escolares, inclusão vai além, possibilita que o aluno seja respeitado na sua aprendizagem e consiga construir pontes de realização de seus sonhos. (Professor C).

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994):

A escola que deve acomodar todas as crianças independentemente de suas condições intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas entre outras [...] deve promover uma educação de alta qualidade a todos os educandos, modificando atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras e desenvolvendo uma sociedade inclusiva. Deve ser adaptada às necessidades dos alunos, respeitando-se o ritmo e os processos de aprendizagem.

Apropriação dos materiais para a educação do surdo



Imagem 02. As atividades adaptadas para os alunos surdos

Foto: Helen Priscila Bandeira Vasconcelos. Outubro, 2017

“Ainda existe muita precariedade nesta questão de materiais e equipamentos, mas ocorre uma adaptação por parte do profissional para suprir a carência de alguns recursos, e promover uma educação de qualidade” A). “Para algumas atividades que são propostas, em outras atividades ainda faltam muitos recursos para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa” B).

Compreensão dos aspectos de aprendizagem do surdo, saber libras, e usar em sua comunicação, ter disponibilidade de investigar e construir métodos e recursos que possibilitam ao surdo o seu aprender. Professor C).

Ambos professores estão de acordo quanto à precariedade dos recursos materiais e afirmam que é um fator negativo para se realizar uma educação de qualidade.

Diante das dificuldades encontradas na educação do surdo, o Serviço de Educação Especial (1972) ressalta que:

Há um baixo nível de escolaridade da maioria dos alunos surdos, decorrentes da inadequada formação inicial dos professores. Para a melhoria da qualidade de ensino dessas crianças é necessária uma melhor formação dos professores e uma inserção de materiais didáticos pedagógicos que facilitem o processo de ensino aprendizagem das crianças.

Formação do professor e as necessidades dos alunos surdos

“Em parte, sim. Mas, deveria haver uma capacitação específica a este tipo de modalidade de atendimento”, ou ser capacitado e ter material didático adequado para isso. (Professora A). “a formação dos professores deveria ser mais apropriada ao trabalho a ser desenvolvido em sala de aula,” haver uma capacitação e buscar estratégia de trabalho que venha auxiliar, através dessa capacitação conhecer a língua de sinais e deveria haver também a parceria da família e escola. (Professor B).

As duas professoras afirmam a necessidade de uma formação mais apropriada para o profissional que atua na educação especial, embora uma delas acredite que seja em parte, ou seja, que de alguma forma esse professor atende as necessidades dos alunos.

Quanto a esse aspecto, a Secretaria de Educação e o Ministério da Educação e do Desporto (1993) cita que:

O aluno surdo, mais que a necessidade, tem o direito a uma educação ministrada por professores especializados. Assim como não se concebe a ideia que alguém seja cuidado nos seus problemas de saúde por profissionais que não sejam médicos especializados, não se admite que o desenvolvimento das potencialidades do aluno surdo seja ministrado por educadores que não tenham o preparo necessário para um processo educativo seguro e eficiente (BRASIL, 1993).

Valorização do professor na educação do surdo

“Maior valorização do profissional em todos os sentidos. Desde o oferecimento de cursos de capacitação até a promoção de recursos materiais nas escolas. Que o governo invista e valorize este profissional” (Professora A).
“Oferecimento de mais cursos, ter à mão mais recursos materiais” (Professora B).

Ambas afirmam que promover cursos e fornecer materiais facilita o trabalho e valoriza o profissional que trabalha na educação especial.

Para o avanço em uma nova direção na valorização do professor, Montoan (2001, p. 52) acredita que:

A maioria das ações de aprimoramento das instituições de ensino devem promover eventos de pequeno, médio e grande porte, como workshops, seminários, entrevistas com especialistas, fóruns e outras atividades. Seja atendendo individualmente, com pequenos ou grandes grupos de professores, pais, comunidade [...] os cursos e demais atividades de formação, habitualmente oferecidos aos professores deve obter o retorno que o investimento propõe. É importante insistir na criação desses recursos, porque a existência desses serviços redireciona o trabalho no ensino, ou seja, o apoio ao professor.

Oferecimento de atividades extras para o aperfeiçoamento dos professores fazer um bom trabalho.

“Quando oferece, há vagas limitadas e, por isso, não contempla todos os profissionais interessados. Muitos profissionais acabam buscando este aperfeiçoamento em instituições privadas. É necessário que haja um maior investimento nesta questão” (Professor A).

“Sim” (Professora B).

Nessa categoria, ocorreu uma divergência. Uma das professoras afirma o oferecimento de cursos e palestras para capacitar e ter material didático adequado para isso, mesmo não expressando nenhuma opinião. Ao contrário da outra professora que diz não ser sempre o oferecimento desses cursos, afirmando a dificuldade de realizá-los.

Com relação a esse aspecto a Feneis (2001, p. 8) ressalta que “o MEC em parceria com a Feneis e as Apadas, estão colocando à disposição das secretarias de educação, cursos de Libras em contexto a fim de capacitar professores da rede regular de ensino e tornar surdos instrutores para atender as necessidades educacionais do aluno surdo”.

Sugestões para profissionais que trabalham com deficientes auditivos

“A busca de uma capacitação e atualização constante diante da diversidade educacional encontrada nas escolas” (Professora A).

“Que se aperfeiçoem mais, busquem se atualizar a cada dia mais na área de atuação” (Professora B). As duas professoras afirmam que é necessária uma busca constante no aperfeiçoamento e na atualização dos profissionais que trabalham na educação especial.

Trata-se de uma nova formação, onde o professor segundo Montoan (2001, p. 102):

Busca aprimorar o que já aprendeu em sua formação inicial, ora fazendo-o tomar consciência de suas limitações, de seus talentos e competências, ora suplementando esse saber pedagógico com outros, mas específicos, como sistema Braille, as técnicas de comunicação e de mobilidade alternativa/aumentativa, ora aperfeiçoando a sua maneira de ensinar os conteúdos curriculares, ora levando-o a refletir sobre as áreas do conhecimento, as tendências da sociedade contemporânea, ora fazendo-o provar que tudo isso, ao aprender a trabalhar com as tecnologias da educação; com o bilingüismo nas salas de aula para ouvintes e surdos.

Quanto a esse aspecto, Herrero (2000, p. 11) acredita que:

O princípio de normalização significa a aceitação do deficiente com suas dificuldades e o reconhecimento do seu direito a uma vida normal em todos os sentidos. Em educação, entende-se que a criança com necessidades especiais deve ter as mesmas experiências da escola normal, em um ambiente o menos restritivo possível. Não se pretende fazer do deficiente uma criança normal, mas normalizar a sua vida: que vá a mesma escola, que compartilhe com todas as crianças as mesmas aulas, o refeitório, os jogos, os mesmos programas educativos e, em geral, que tenha a mesma participação nas atividades escolares.

Neste sentido, Mazzotta (1982, p. 18) afirma que:

São as necessidades educacionais individuais, globalmente consideradas, confrontadas com os serviços educacionais existentes na comunidade, que devem subsidiar a definição da via ou dos recursos a serem utilizados para a educação de qualquer pessoa, já que não é a definição de deficiente que por si define diretamente a convivência e necessidade de atendimento mediante educação especial.

Capacitar o professor para a melhoria de sua atuação, como profissional da educação e como cidadão, por meio da aquisição de informações e noções de anatomia, fisiologia e patologia do aparelho auditivo, bem como em relação à prevenção, ao diagnóstico, às causas e consequências da surdez (MEC, 2005).

Integração dos surdos em escolas regulares

“Uma escola específica para os surdos soa como segregar. Mas tem crianças que, por um período, vai ter que ter um trabalho mais direcionado. Sou favorável que, dentro de uma escola regular, tenha uma classe iniciante para as crianças que tenham outros comprometimentos e não só a surdez, e que necessariamente vão ter mais um tempo maior de alfabetização. Ficar durante um tempo numa escola que tenha estrutura para atender as necessidades especiais dessa criança, sendo essa escola uma escola regular com preparo para crianças especiais também. Isso já seria a inclusão num primeiro momento. Sendo que a primeira inclusão de fato tem que ser na família. Se ela não está incluída num núcleo familiar ela vai ter muita dificuldade de ser incluída na escola, na sociedade e num mundo maior. Se dentro do mundo pessoal da criança ela não se fazer entender como vou querer que ela seja respeitada na sua individualidade no mundo? O que não significa que a família não deva impor limites na educação dessa criança. Como toda criança ela tem que saber o que é certo e errado e aprender com os limites dentro da educação familiar. Mas para aprender ela tem que entender e participar ativamente do mundo que a cerca. E dentro do lar é fundamental que essas condições existam” (professora B)

Neste sentido, Wrigley (1996, p.52) acredita que deve-se defender o entendimento de que “a idéia de que colocar os ‘deficientes’ junto com as pessoas ‘normais’ é um sinal de avanço impulsionado pela solidariedade. O foco é colocado nas concessões e ajustes que as escolas e instituições devem fazer para ‘recebê-los’. A ideia é manter ‘todos’ juntos para assimilar a diversidade”.

Educação Bilíngue para Surdos

Educação bilíngue consiste em um processo de aprendizagem voltado a perspectiva surda, onde seja conduzido em libras, respeitando assim o modo de aprender do aluno surdo e conduzi-lo a um desenvolvimento pleno de suas habilidades cognitivas (professora A)

Sim entendo que o surdo deve ter a língua sinalizada como sua 1ª língua, isto é, sua língua materna, e a oral como sua 2ª língua, aquela que é aprendida na escola, a escrita. (Professor B)

Para Sá (2002, p.67), com relação a este aspecto “Quando se defende a língua de sinais como 1ª língua, não se está afirmando que o desenvolvimento cognitivo depende exclusivamente do domínio de uma língua, mas se está crendo que dominar uma língua garante melhores recursos para as cadeias neuronais envolvidas no desenvolvimento dos processos cognitivos”.

Inclusão da Libras e de crianças surdas em escolas

Penso que em alguns casos a inclusão acontece de forma satisfatória, mas na maioria dos casos falta profissionais capacitados e escolas adequadas para receber esses alunos com deficiência. (Professora A) muitas vezes o problema está na família, na questão da condição de ter um filho surdo e até mesmo da aceitação do próprio aluno diante de sua deficiência. (Professora B)

A inclusão não questiona somente as políticas e a organização da educação especial, mas também o próprio conceito de integração que antes se destacava nos ambientes escolares, inclusão vai além, possibilita que o aluno seja respeitado na sua aprendizagem e consiga construir pontes de realização de seus sonhos. (Professor 2 da sala de recurso).

“A inclusão das crianças surdas é, por um lado, um grande avanço, mas está sendo implantada em um ritmo muito lento. O que deve existir na verdade é, mais que o discurso de defesa social desse tema, o respeito e a aplicação das inúmeras

leis que existem e são desconhecidas ou ignoradas. Por lei o portador de surdez já tem o direito a ter um intérprete em sala de aula, a ser usuário de LIBRAS, a ser respeitado na sua maneira de escrever e ter uma correção de prova diferenciada, pois o português dele é diferente; são apenas alguns exemplos de leis ignoradas pela sociedade e pelo sistema de ensino atual. O domínio da nossa língua portuguesa, principalmente para os surdos que estão sendo iniciados na alfabetização agora, tem que ser correto. Os adultos, em sua grande parte não devem ser cobrados dessa maneira porque já fizeram todo um processo que resultou numa má aprendizagem. Mas para as crianças de hoje, trabalhar a formação em LIBRAS como primeira língua, o português como segunda língua e trabalhar para que ela tenha competência de ler e escrever bem. Esse vai ser o contra ponto dela numa sociedade ouvinte. ‘Eu não falo, mas eu sei ler e escrever muito bem. Então eu vou ter alguém que possa ler o meu documento e compreender. Então vou ter a minha participação ativa nessa sociedade’. Então a escola, seja pública ou privada, tem que ter a compreensão que se é preciso ter rampas de acesso e banheiros especiais para os deficientes físicos, também é preciso que tenha intérpretes e que seja ensinado a todos os alunos ouvintes ou não, a LIBRAS. No caso do cego, por exemplo, a lei garante o acesso ao conteúdo em BRAILE ou então, sendo parcialmente cego, ter a sua prova ampliada. Mas quantas escolas hoje dispõem de estrutura para preparar uma prova em BRAILE? A inclusão só existe com a interação. Não é necessário que você seja surdo ou cego para aprender LIBRAS ou BRAILE. Cabe ao lado do ouvinte que enxerga e não possui nenhuma necessidade especial, dar o pontapé inicial nessa que, um dia haverá de existir, mas é preciso que seja logo, verdadeira inclusão social. O discurso é bonito, necessário e politicamente correto. Mas sem ação, as leis e suas possíveis conquistas se tornam palavras mortas escritas num pedaço de papel”.

De acordo com Lacerda (1994, p. 74): “Na década de 1960, começaram a surgir estudos sobre as línguas de sinais utilizadas pelas comunidades surdas. Apesar da proibição dos oralistas no uso de gestos e sinais, raramente se encontrava uma escola ou instituição para surdos que não tivesse desenvolvido, às margens do sistema, um modo próprio de comunicação através dos sinais”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos vivenciando um momento, no campo da educação de surdos, em que há convicções presentes nos diferentes discursos pedagógicos. Verifiquei a profunda insatisfação dos docentes entrevistados com o trabalho que realizam, já que não existe o domínio das técnicas que garantiriam o desenvolvimento da linguagem oral pelos alunos (oralismo), nem uma produção de conhecimentos acerca de metodologias que assegurem os procedimentos pedagógicos adequados à abordagem bilíngue, caminho apontado na atualidade como mais favorável à aprendizagem dos discentes surdos.

O que se constata é que a exclusão tem se abatido de forma decisiva sobre essas crianças, independentemente de estarem inseridas no ensino regular ou no ensino especial. Pesquisas têm demonstrado que a educação especial “tem excluído, sistematicamente, grande parcela de seu alunado sob a alegação de que esta, por suas características, não possui condições para receberem o mesmo nível de escolarização que as crianças que não apresentam deficiência” (BUENO, 2001, p. 4). Por outro lado, a simples inserção de alunos com necessidades educativas especiais nas escolas regulares, sem qualquer tipo de apoio ou assistência aos profissionais que ali atuam, tem redundado no fracasso escolar dessas crianças. Introduzida, no Brasil, na década de 1990, a educação bilíngue para surdos vem se desenvolvendo de forma incipiente, a partir da introdução de intérpretes de LIBRAS, responsáveis pela mediação entre surdos e ouvintes (PEDREIRA, 2008).

O que algumas pesquisas têm constatado é que a simples presença dos intérpretes nas salas de aula não tem sido suficiente para garantir aos estudantes surdos, a aquisição da Língua de Sinais, o acesso ao conhecimento e muito menos a aprendizagem da Língua Portuguesa como uma segunda língua (PEDREIRA, 2008). Instigadas por essas constatações e a partir das análises realizadas, busquei identificar alguns elementos para se pensar a formação inicial e continuada de professores para a atuação na educação de surdos.

No que se refere à formação inicial, a literatura tem apontado a falta de uma política de formação de professores, quer para a atuação no ensino regular, quer para o ensino especial. Se, por um lado, sei que grande parte dos professores do ensino regular não possui preparo mínimo para trabalhar com crianças que

apresentem deficiências evidentes, por outro lado, observei que a formação dos professores para o ensino especial está centralizada na minimização dos efeitos específicos das mais variadas deficiências (BUENO, 2001).

Acredito que, por conta das especificidades linguísticas e metodológicas (que, de acordo com FERNANDES, 2006, abarcam aspectos funcionais, lexicais e gramaticais) dos surdos, um caminho possível para a formação do docente para a atuação nesse âmbito, seria uma formação em nível de especialização. Assim, a finalidade no nível da graduação residiria fundamentalmente em oferecer uma formação teórica sólida e uma formação adequada no que se refere aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos, que envolva tanto o “saber” como o “saber fazer” e oferecer uma formação que possibilite aos docentes analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, no sentido de que possam dar conta das mais diversas diferenças, entre elas a das crianças com necessidades educativas especiais (BUENO, 2001).

No caso da educação de surdos, oferecer uma formação que possibilite aos docentes compreenderem com maior aprofundamento as necessidades do alunado surdo, inclusive desenvolvendo as habilidades linguísticas – tornarem-se bilíngues, bem como as perspectivas teórico metodológicas que possam dar suporte a uma prática pedagógica voltada para a efetiva aprendizagem da Língua Portuguesa, assim como dos demais conteúdos.

No âmbito da formação continuada, identifiquei que o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Especial, vem adotando um discurso recorrente no sentido de apoiar, promover e executar cursos de formação continuada para seus professores. Uma iniciativa que poderia surtir benefício à prática pedagógica seria a implementação de parcerias entre as instituições escolares que atendem crianças e jovens surdos e as universidades (como locus privilegiado de produção do conhecimento) que já apresentem propostas diferenciadas de formação de professores para a atuação na educação desse segmento. Aliar o conhecimento e experiência dos professores ao conhecimento produzido no âmbito da universidade poderia apontar para um caminho teórico-metodológico na área da educação de surdos que poderia vir a colaborar para um ensino mais reflexivo e de melhor qualidade.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares** / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília : MEC/SEF/SEESP, 1998.

BUENO, José Geraldo S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? Publicado em <http://www.educacaoonline.pro.br>, 2001. Acesso em 01/10/2007.

Contemporaneidade. São Paulo: Editora Senac, 2009.

FELDMANN, Marina G. **Formação de Professores e Escola na**

FELTRIN, Antonio E. **Inclusão social na escola**: quando a pedagogia se encontra com a diferença. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção pedagogia e educação)

FERNANDES, Eulália (Org). **Surdez e bilinguismo**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez Editor, 2001.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 100.

MOREIRA, Antonio F. **Currículo, cultura e formação de professores**. Revista Educar. Nº 17, p. 39-52. Editora da UFPR, 2001.

OLIVEIRA, Luzia de Fátima M. de. **Formação docente na escola inclusiva**: diálogo como fio tecedor. Porto Alegre: Mediação, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores**: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40 jan./abr. 2009

APÊNDICES

Apêndice A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) à participar da pesquisa **FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA TRABALHAR COM ALUNOS SURDOS**: Um estudo descritivo a partir da escola inclusivas na Rede Pública do Município de Castanhal Pará, que tem como objetivo Caracterizar a formação dos professores de sala regular, auxiliares e de AEE e conhecer como os professores estão sendo preparados para atender alunos surdos em salas comuns, pesquisa esta que está sendo realizada pela acadêmica Helen Priscila Bandeira Vasconcelos, sob a Orientação da Professor Dr. Francisco Valdinei dos Santos Anjos. A referida pesquisa faz parte do curso de pedagogia, da universidade federal do Pará Campus Castanhal

Pesquisa 1: Formação Docente.

Alguns esclarecimentos importantes:

- 1 – Você foi selecionado(a) para esta pesquisa pelo fato de atuar com aluno surdo.
- 2 – A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento.
- 3 – Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a escola.
- 4 – O objetivo desta pesquisa é colher informações e opiniões de diferentes grupos dentro da escola para descrever como os Docentes estão sendo preparados para atender alunos Surdos em Escolas Regulares.

5 – Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder os seguintes instrumentais: a) Questionário Semiestruturado

6 – A sua participação nesta pesquisa contribuirá para acrescentar à literatura dados referentes ao tema e não causará nenhum risco à integridade física, psicológica, social e intelectual.

7 – O participante da pesquisa não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa, sendo sua participação voluntária.

8 – As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.

9 – Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

10 – O participante da pesquisa concorda que os resultados sejam divulgados em publicações científicas, desde que seus dados pessoais não sejam mencionados.

11 – Você receberá uma cópia deste Termo onde consta o telefone da aluna pesquisadora e de sua Orientadora, podendo tirar suas dúvidas sobre a referida pesquisa e de sua participação, agora ou a qualquer momento

Antecipadamente agradecemos a sua valiosa colaboração.

Apêndice B – DECLARAÇÃO

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentada. Desta forma, AUTORIZO a minha participação na pesquisa acima citada.

Participante da Pesquisa

Castanhal-Pará, ____/____/____

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

TEMA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA TRABALHAR COM ALUNOS SURDOS NA EMEF EMILIA GIMENEZ NO MUNICIPAL DE CASTANHAL-PA

QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES

1-EDUCADORES:

A) – EDUCADOR(A):

Ano/Série em que atua:

Disciplina que leciona:

1 - INFORMAÇÕES PESSOAIS

Idade: Sexo: () Feminino () Masculino

Cidade e Estado de Origem:

É Professor da Rede Pública: () Municipal () Estadual

Tipo de Vínculo: Estatutário () Emergencial ()

Há quanto tempo exerce a Profissão Docente:

2 - FORMAÇÃO

2.1 - Acadêmica

() Superior. Qual curso: Ano de Conclusão:

() Pós-Graduação. Qual Curso:

2.2 – Formação Continuada

2.2.1 - Fez algum curso na área de Educação Especial? () Sim () Não

2.2.1.1 - Se SIM, qual (is) curso(s) você fez?

() Deficiência Intelectual () Deficiência Auditiva () Deficiência Visual

() Deficiência Física () Altas Habilidades/Superdotação

() Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD

() Outro: Qual: _____

3 – INCLUSÃO

3.1 – Qual sua opinião sobre a Inclusão de alunos com deficiência nas escolas?

3.2 – No seu curso de Formação Docente você teve alguma disciplina voltada para a Educação Especial? Se SIM, como foi esta experiência?

4 - EDUCAÇÃO DE SURDOS

4.1 – Você teve a disciplina LIBRAS na Graduação? () SIM () NÃO

a) Você aprendeu Libras nesta disciplina? () SIM () NÃO

b) Se respondeu que não, justifique sua resposta:

4.2 – Você sabe Libras? () Sim () Não

() Um pouco, mas dá para entender e ser entendido(a) pelo Surdo.

() Um pouco, mas NÃO dá para conversar com o Surdo.

4.3 – Você sabe o que é Educação Bilíngue para Surdos? () SIM () NÃO

4.3.1 – Se SIM, explique o que é Educação Bilíngue:

4.4 – Como foi (ou está sendo) a experiência de ter um aluno Surdo?

4.5 – O que você acha melhor para o Surdo?

- () Estudar numa Escola Regular, incluído com os demais alunos
- () Estudar numa Escola Regular, numa Sala Especial só de Surdos
- () Estudar numa Escola Bilíngue, onde a LIBRAS será a Língua de instrução
- () Estudar numa Escola Especial

4.6 – Você se sente preparado para atender alunos Surdos? () SIM () NÃO

4.7 – Para você, qual é o maior problema para a Inclusão dos alunos Surdos?

4.8 – O que você acha que é necessário para o Professor fazer um bom trabalho com um(a) aluno(a) Surdo(a)?

4.9 – Você tem interesse em aprender LIBRAS? () SIM () NÃO

Agradeço a sua colaboração na realização desta pesquisa. Lembramos que em hipótese alguma seu nome será citado na Dissertação.

ENTREVISTA AOS PROFESSORES

1 – Você sabe Libras? () Sim () Não () Mais ou menos

2 – O que você sabe sobre a Lei da Inclusão?

3 – Como você se comunica com os alunos Surdos?

4 – Como você adapta a sua aula para atender os alunos Surdos?

5 – Você considera o surdo: () Deficiente () Diferente

6 – O que você entende por Cultura Surda?

7 - Você se considera preparado para dar aula para alunos Surdos? Justifique:

8 – Para você quais são os maiores problemas da inclusão dos alunos Surdos no Ensino Regular? Enumere em ordem decrescente de importância (Ex.: 1º problema, 2º problema, 3º problema até no máximo 5 problemas):

1º

2º

3º

4º

5º

9 – Como os outros alunos ouvintes se relacionam com os alunos Surdos?

10 – Como é a participação da família dos Surdos na escola?

11 – Como é realizada a Formação Continuada na escola em que trabalha com relação a Educação de Surdos?

12 – Que sugestões você daria para melhorar a Educação dos Surdos?

Agradeço a sua colaboração na realização desta pesquisa.

ANEXOS

A ESCOLA QUE FOI APLICADA A PESQUISA



Imagem 01. Pesquisa de campo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Emília Gimenez
Foto: Helen Priscila Bandeira Vasconcelos. Outubro, 2017



Imagem 02. Material didático utilizado pelo professor da sala de recursos



Imagem 03. Material didático utilizado pelo professor da sala de recursos



Imagem 04. Material didático utilizado pelo professor da sala de recursos



Imagem 05. Material didático utilizado pelo professor da sala de recursos



Imagem 06. Material didático utilizado pelo professor da sala de recursos